

Texto A4 “Críticas ambientalistas à Revolução Verde”- Roberto José Moreira

Diego Baldin; Gabriel Cagnone; Gabriel Silva; Gustavo Bressan; João Victor Lima; Lucas Bertanha; Matheus Grolla; Ricardo Frajácomo

A priori, vale a pena explicar o que é a Revolução Verde, expressão criada em 1966, em uma conferência em Washington, por William Gown. Este autor disse a um pequeno grupo de pessoas interessadas no desenvolvimento dos países com déficit de alimentos “A Revolução Verde, é feita à base de tecnologia, e não do sofrimento do povo”. De fato, a Revolução Verde consiste basicamente em uma modernização da agricultura com o intuito de desenvolver novas técnicas de plantio e pesquisas em sementes e novos métodos de aplicação de agrotóxicos e a mecanização do campo.

O autor do texto, Roberto José Moreira, começa discutindo o termo sustentabilidade. Essa palavra foi difundida pela norueguesa Gro Brundtland, ex-primeira ministra de seu país. Em 1987, como presidente de uma comissão da Organização das Nações Unidas, Gro publicou um livreto chamado *Our Common Future*, que relacionava meio ambiente com progresso. Nele, escreveu-se pela primeira vez o conceito: "Desenvolvimento sustentável significa suprir as necessidades do presente sem afetar a habilidade das gerações futuras de suprirem as próprias necessidades". Interessante notar que a proposta não era só salvar a Terra cuidando da ecologia, mas suprir todas as necessidades de gerações presentes e futuras sem esgotar o planeta. "Nem de longe se está pedindo a interrupção do crescimento econômico", frisou Gro. Desde então, a ideia de que sustentabilidade é apenas “cuidar da Terra para as futuras gerações”.

Vale ressaltar que antes dessa reunião da ONU, onde foi difundido o tema sustentabilidade, a preocupação com a degradação com o meio ambiente já era presente nas discussões. Desde as décadas de 60 e 70, já havia uma certa preocupação com o meio ambiente. É possível notar que, dependendo da região ou do momento sociopolítico, há uma definição distinta para o termo sustentabilidade. Portanto, pode-se notar que ela não tem uma só definição, seu conceito varia dependendo da região ou do grupo social que a defini.

As críticas ambientalistas à Revolução Verde são notadamente originárias de uma análise dos métodos tecnológicos da produção industrial. Estas críticas se fundamentam em três aspectos: técnicos, sociais e econômicos.

A primeira vertente destas críticas faz referência às técnicas insensatas de cultivo e extração de insumos para produção e as relações humanas com o meio e os recursos disponíveis. As técnicas difundidas pela Revolução Verde obtiveram sucesso no que tange aumentar a produção de alimentos, porém, em contra partida, acabam gerando danos ambientais devido à falta de prudência ambiental.

Devido aos problemas mencionados acima, do uso imprudente dos recursos naturais, acaba surgindo um novo tipo de agricultura, conhecida como Agricultura Alternativa, que tem como principal objetivo a qualidade ambiental e social.

A crítica social foca a questão da exclusão e evidente injustiça social no campo, agravadas pelo modelo de Revolução Verde, que intensifica os problemas que já existiam em relação ao acesso à terra, alimentação, emprego, saúde e educação. Portanto, a Revolução Verde reforça esta lógica por elementos como o agronegócio, a monocultura e a produção para exportação. Nesse cenário, os maiores produtores são beneficiados em relação aos menores, já que possuem maior poder econômico.

A agricultura orgânica, proposta com um foco diferente da agricultura praticada pelos grandes produtores, acaba favorecendo a agricultura familiar devido a suas lógicas. Uma agricultura de base ecológica se adequa melhor e mais facilmente à organização familiar onde há mais coerência com estruturas de produção diversificadas.

O último ponto da crítica à Revolução Verde é de ordem econômica. Após a crise do petróleo de 1970, a redução do crédito rural e elevação dos custos com a Revolução, ampliou-se debates sobre a necessidade de matrizes energéticas alternativas. Com esses debates, iniciaram vertentes ambientalistas com novos modelos produtivos, como a produção orgânica, que se associa à agricultura familiar, proporcionando a redução de custos e ampliação do emprego no campo. Tal redução de custos permite maior competitividade aos agricultores familiares, resultando em seu progresso econômico e social.

Historicamente, a produção familiar foi vista como algo ultrapassado em razão dos avanços tecnológicos no meio rural. Essas famílias, por não possuírem um poder econômico para modernizar a sua produção, acabam estando em desvantagem e, em muitos casos, são obrigadas a abandonarem o campo e se dirigiram para as cidades, acontecendo assim o êxodo rural.

A agricultura orgânica e sustentável aparece como uma forma apropriada para as produções familiares se manterem ativas, pois possuem aí uma vantagem em relação às grandes produções. Mas para tanto, é indispensável políticas públicas para auxiliar na expansão da agricultura orgânica familiar.

O espaço rural contemporâneo apresenta atores com interesses variados. Nesse cenário de intensas disputas, existe uma grande dificuldade de obtenção de consenso acerca de políticas de desenvolvimento sustentável. Quanto maior os interesses, menor é a tendência de cooperação. Aqueles que têm maior densidade de poder, capital econômico e simbólico acabam tendo maiores vantagens em relação aos outros grupos sociais. O maior desafio da atualidade consiste então em buscar maior equidade social, principalmente com a perspectiva de uma agricultura mais sustentável.